

UNIVERSIDADES S.A: INDÚSTRIA EDUCACIONAL, CAPITAL FINANCEIRO E EXCLUSÃO SOCIAL

UNIVERSITIES CORP.: EDUCATIONAL INDUSTRY, FINANCIAL CAPITAL, AND SOCIAL EXCLUSION

 <https://orcid.org/0000-0003-3180-4936> Igor Andrade da Costa^A

 <https://orcid.org/0000-0002-7183-9589> Rodrigo Lamosa^B

^A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Nova Iguaçu, RJ, Brasil

^B Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Nova Iguaçu, RJ, Brasil

Recebido em: 01 mar 2024 | Aceito em: 15 jul 2024

Correspondência: Igor Andrade (igorgeografo@gmail.com)

Resumo

Desde os anos 2000 o Ensino Superior privado no Brasil passa por um processo de centralização e concentração capitaneado por grandes empresas internacionais de capital aberto, as holdings. Para entender este fenômeno, delimitamos como objeto a Universidade Estácio de Sá, empresa do grupo YDUQS Participações S.A. O objetivo é analisar a ação das holdings na reorganização do Ensino Superior privado, sob a lógica da maximização do lucro nas finanças. Como resultado evidenciamos como a YDUQS Participações S.A. estratificou os cursos de graduação por faixa de renda, limitando a modalidade presencial ao “Ensino Premium”. Concluimos que a mercadorização da Educação Superior tem por consequência a transformação de um direito social em um serviço.

Palavras-chave: Educação Superior; Mercadorização; Financeirização da Educação.

Abstract

Since the 2000s, private Higher Education in Brazil has been undergoing a process of centralization and concentration led by large international publicly traded companies, the holding companies. In order to understand this phenomenon, we have defined the Universidade Estácio de Sá, a company belonging to the YDUQS Participações S.A., as our object. The aim is to analyse the actions of the holding companies in reorganizing private higher education, under the logic of profit maximization in finance. As a result, we saw how YDUQS Participações S.A. stratified undergraduate courses by income bracket, limiting the face-to-face modality to "Premium Education". We conclude that the commodification of higher education has the effect of transforming a social right into a service.

Keywords: Higher Education; Commodification; Financialization of Education.



Introdução

O Ensino Superior brasileiro é caracterizado pela realidade excludente em função da alta concentração de matrículas em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Deste modo o acesso ao ensino superior é mediado pelo mercado, transformando um direito social, previsto no Art. 6º da constituição de 1988 em um serviço.

No Brasil, em 2022, havia 9.444.116 de estudantes matriculados no ensino superior, dos quais 78% estavam matriculados em IES privadas. No mesmo ano, existiam 2.595 IES, onde apenas 312 eram públicas. No universo das IES privadas, a forma de organização acadêmica mais comum são as faculdades (75,8% ou 1.968) e os centros universitários (14,7% ou 318). No Brasil, apenas 7,9% (205) das IES são universidades, das quais 56,1% são públicas. (INEP, 2023). Entre as IES privadas, mais da metade (55,8%) possuem natureza jurídica de empresas com fins lucrativos. Neste universo, cinco grupos empresariais da Educação Superior concentram 27% das matrículas. São elas: Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (grupo Cogna), Centro Universitário Leonardo da Vinci, Universidade Cesumar, Universidade Estácio de Sá e Universidade Paulista (PALHARES E MARTINS, 2023).

A alta concentração no Ensino Superior privado é um fenômeno relativamente recente. Até o ano de 2007, predominavam entre as IES privadas empresas familiares sem fins lucrativos e instituições vinculadas à Igreja. A partir de então, ocorrem alterações consideráveis nas formas de propriedade das empresas do ensino superior. Algumas IES abriram seu capital na BOVESPA – atual B3. Este movimento foi precedido pela transformação de suas mantenedoras em empresas de natureza privada com fins lucrativos. A partir de então, estas empresas tiveram sua propriedade transferida para grandes grupos empresariais de capital aberto, as *holdings*.

Carvalho caracterizou este movimento da seguinte forma (2013, p. 771).

[...] O movimento mais recente no mercado educacional brasileiro consiste na abertura de capital e na oferta pública de ações (IPOs) de empresas educacionais na BM&FBOVESPA, em 2007, que foram classificadas no “nível 2” de governança corporativa, ou seja, enquadradas naquelas que têm obrigações adicionais relativas aos direitos dos acionistas e do conselho de administração. São elas: Universidade Anhanguera, Universidade Estácio de Sá, Faculdade Pitágoras e o Sistema COC de Educação e Comunicação (educação básica e educação superior). Convertidas em sociedades anônimas, essas instituições tiveram suas razões sociais alteradas para: Anhanguera

Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A., Kroton Educacional S.A. e Sistema Educacional Brasileiro S.A. (SEB), respectivamente. Não é por acaso que a composição societária dessas empresas foi alterada pela saída progressiva dos sócios individuais, substituídos por fundos de investimento em renda variável e por outras empresas.

A ação das *holdings* na Educação Superior consiste em um processo que vem sendo denominado de financeirização. Com implicações profundas nas formas de acesso da sociedade ao ensino superior, nos mecanismos de oferta, bem como nos modos de contratação do trabalho docente. Para entender tais fenômenos, delimitamos a Universidade Estácio de Sá, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Mantenedora da YDUQS Participações S.A. Nosso objetivo é analisar os novos modos de oferta da educação superior nas IES privadas líderes do mercado educacional. Deste modo delimitamos como objeto da análise a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, mantenedora da Universidade Estácio de Sá para analisar os impactos do processo de financeirização das IES na socialização do conhecimento científico e tecnológico e no acesso da sociedade ao ensino superior. Trata-se de uma pesquisa pautada no método materialista histórico e dialético que objetiva explicitar a intensificação das contradições no acesso ao Ensino Superior, em razão da entrada no capital financeiro nas IES privadas.

A ação das *holdings* no mercado educacional brasileiro

Uma *holding* é uma empresa controladora de outras empresas, de acordo com Chesnais (1996, p. 56): “sua função consiste em deter investimentos ou créditos de outras firmas, no mesmo ou num terceiro país. Ela é considerada como sociedade financeira [...] frequentemente, a escolha geográfica das *holdings* depende das vantagens fiscais com oferecidas pelos países receptores”. De acordo com Seki (2020, p. 44):

Suas estruturas corporativas, seus aparelhos informacionais, seus sistemas de comunicação e toda a tecnologia disponível são orientadas diretamente à maximização dos resultados líquidos da companhia, isto é, exponenciam-se as somas pagas às acionistas sob a forma de juros e dividendos.

A *holding*, por ser uma empresa de capital aberto, é controlada por distintos proprietários ou grupos de proprietários. Na prática, as principais empresas da educação superior brasileira são controladas por fundos empresariais bilionários, nacionais e estrangeiros, que têm ditado as normas da oferta e influenciado as políticas públicas de acesso ao ensino superior. Fazendo com que a socialização do conhecimento científico e tecnológico seja severamente impactada por interesses de mercado.

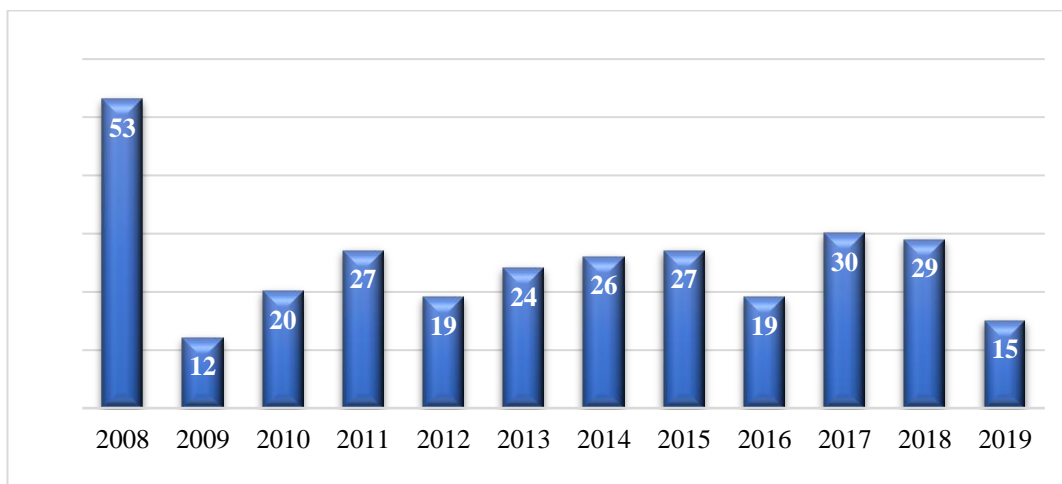
A mercadorização do Ensino Superior vinha numa crescente desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). E algumas políticas tiveram continuidade no governo Lula (2003-2010) Entre as quais o Programa Universidade para Todos e o Fundo de Financiamento Estudantil. Neste contexto, desde 2004, diversos projetos de lei (PL) vinham sendo propostos no Congresso, por parlamentares ligados aos interesses empresariais, com o objetivo de promover uma Reforma Universitária que sintetizasse as demandas do mercado, culminando no PL 7200/2006. Este PL, ainda que reconhecido como um ataque pelas instituições de organização e luta da educação como um instrumento voltado a intensificar o avanço da privatização da educação, foi recebido com receio pelas IES privadas de cunho mais mercantil, que viam no projeto um impeditivo às demandas no mercado.

Deste modo, o Projeto de Lei nº 7.200/2006, foi amplamente criticado pelo Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), que o enxergava como um “ataque [que] poderia coroar iniciativas privatizantes, algumas já sedimentadas [...] em consonância com as orientações de organismos multilaterais que vêm pregando a diluição da fronteira entre o público e o privado” (ANDES, 2007, p. 2). Para as IES mercantis este projeto trazia riscos por limitar a participação do capital estrangeiro em empresas do setor educacional brasileiro.

Para uma descrição das principais mudanças propostas por esse projeto de lei, inclusive a exigência de que pelo menos 70% do capital com direito de voto nas sociedades mantenedoras das instituições de ensino superior com fins lucrativos seja detido direta ou indiretamente por brasileiros, natos ou naturalizados, vide a seção “Aspectos Regulatórios do Setor - Reforma Universitária” na página 177 deste Prospecto. Não podemos prever se essa reforma será alterada ou aprovada, nem podemos prever seu impacto sobre nossos negócios e sobre o segmento de ensino superior em geral (ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A, 2007, p. 61, grifo nosso).

Atropelando a discussão da Reforma Universitária, as mantenedoras das maiores IES privadas se associaram às *holdings*. A partir de então se iniciou uma nova etapa do processo de concentração e centralização das empresas do mercado educacional brasileiro (Gráfico 1). Onde um mercado antes pulverizado passou a ser dominado por grandes corporações detentoras de dezenas mantenedoras das IES privadas.

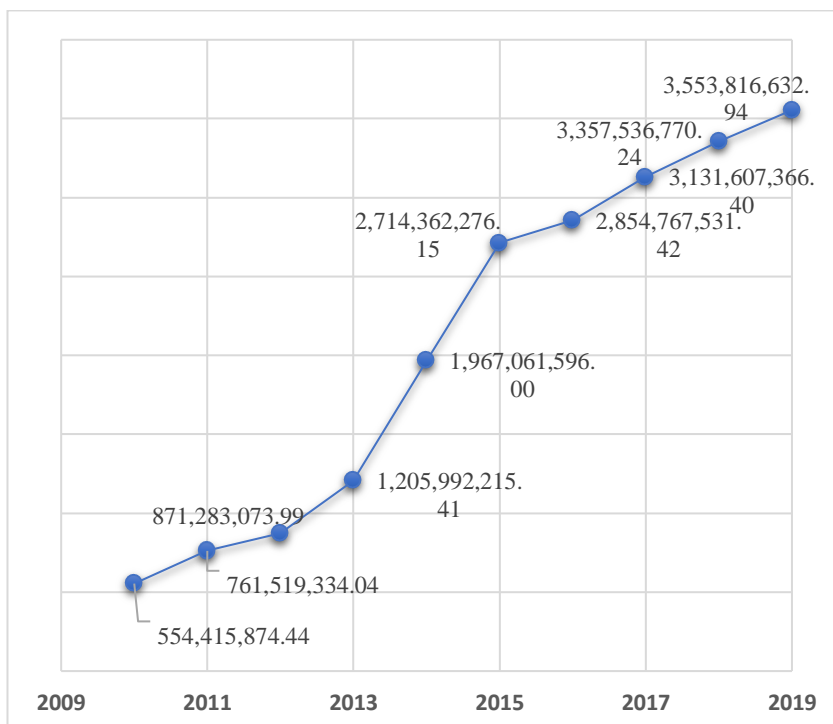
Gráfico 1: Operações de fusões e aquisições no setor educação (2008-2019)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da KPMG (2019)

Um dos casos mais emblemáticos é o da Universidade Estácio de Sá (UNESA). Uma instituição que tem origem nos anos 1970, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá (SESES). Durante décadas esta instituição desfrutou de imunidade tributária por ser registrada como empresa privada sem fins lucrativos. No ano de 2007, a SESES passou a integrar o grupo Estácio Participações S.A. Este movimento criou um grupo empresarial bilionário em pouco menos de dez anos, como pode ser visto no gráfico 2.

Gráfico 2: Evolução da receita da UNESA entre 2010 e 2019



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos Microdados do Censo da Educação Superior (INEP, 2019).

A aquisição ou transferência de propriedade das mantenedoras das IES privadas para as *holdings* não sofreu grandes entraves do governo. Nas palavras do Ministério da Educação (MEC):

[...] Não há nada na legislação brasileira que impeça este movimento. Assim como não existem restrições à composição societária das companhias. De acordo com a lei 913/1995, as instituições de ensino superior -- universidades, centros universitários e faculdades -- não têm personalidade jurídica, portanto, não podem ter ações negociadas na bolsa de valores. Entretanto, as pessoas jurídicas mantenedoras destas instituições podem. Desta forma, o MEC informou que não há nada a ser comentado a respeito. A iniciativa da Anhanguera Educacional, caso se confirme, não será a primeira neste sentido. Há um ano, a Anhembí Morumbi, universidade com sede em São Paulo e 25 mil alunos, vendeu 51% do capital social para a rede internacional de Universidades Laureate, grupo com ação listada na Nasdaq e que controla 20 universidades em 15 países (Brasil, Chile, China, Chipre, Costa Rica, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Honduras, México, Panamá, Peru e Suíça). Uniban Além da Anhanguera Educacional SA, a Uniban, universidade paulista com 55 mil alunos, também planeja abrir o capital, apesar de não ter data definida (ESTADÃO, 2006).

A transformação das IES em empresas pertencentes a grandes grupos empresariais teve graves consequências, na medida em que o mercado financeiro passou a ditar as regras de funcionamento do ensino superior privado. Em 2016 a Estácio Participações S.A recebeu uma proposta de compra pelo Grupo Kroton Educacional S.A. A proposta

de compra da totalidade do grupo Estácio Participações S.A pela Kroton Educacional S.A envolveria uma operação de R\$5,5 bilhões. Caso efetivada, a fusão das empresas renderia R\$170 milhões em dividendos. A operação, aprovada em Assembleia Geral das duas empresas, foi celebrada pelos acionistas. Chaim Zaher, um dos proprietários do fundo de investimentos Família Zaher, manifestou seu apoio a fusão das empresas em carta divulgada pelo grupo Estácio Participações como Fato Relevante aos acionistas em 08 de julho de 2017 (ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES, 2016). No entanto, a fusão entre os dois maiores grupos atuantes no ensino superior privado do Brasil que resultaria na aquisição de controle da Estácio Participações S.A pela Kroton Educacional S.A é impedida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

Após a frustração da operação, a Estácio Participações S.A iniciou uma nova estratégia de expansão dos negócios, investindo na educação EaD e na compra de 131 unidades de ensino. A justificativa para a expansão das unidades EaD é explicitada em entrevista de João Cox, então presidente do Conselho de Administração da Estácio Participações S.A ao jornal Folha de São Paulo:

A empresa planeja abrir 131 novas unidades dessa modalidade de ensino em 2018. Hoje, são 238. Essa é uma das estratégias para melhorar a rentabilidade da empresa. A tendência é operarmos com terceiros, alguém com espaço físico que capta alunos. Já fazíamos isso, mas não tínhamos alinhamento com esses parceiros e mudamos a estrutura da relação. Alunos não-presenciais representam uma receita menor para a Estácio, mas ela tem um lucro maior com eles [...] A perda de alunos [presenciais] tem um custo alto: se matriculamos cem pessoas, tenho de preparar uma estrutura para isso: professores, serventes etc. Se os estudantes evadem, é oneroso para a empresa. Durante o tempo em que se negociou a venda à Kroton, a Estácio não investiu muito. Não fazia sentido expandir, porque o preço da venda da empresa já estava decidido. Isso só tiraria a caixa e impediria pagar dividendos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017).

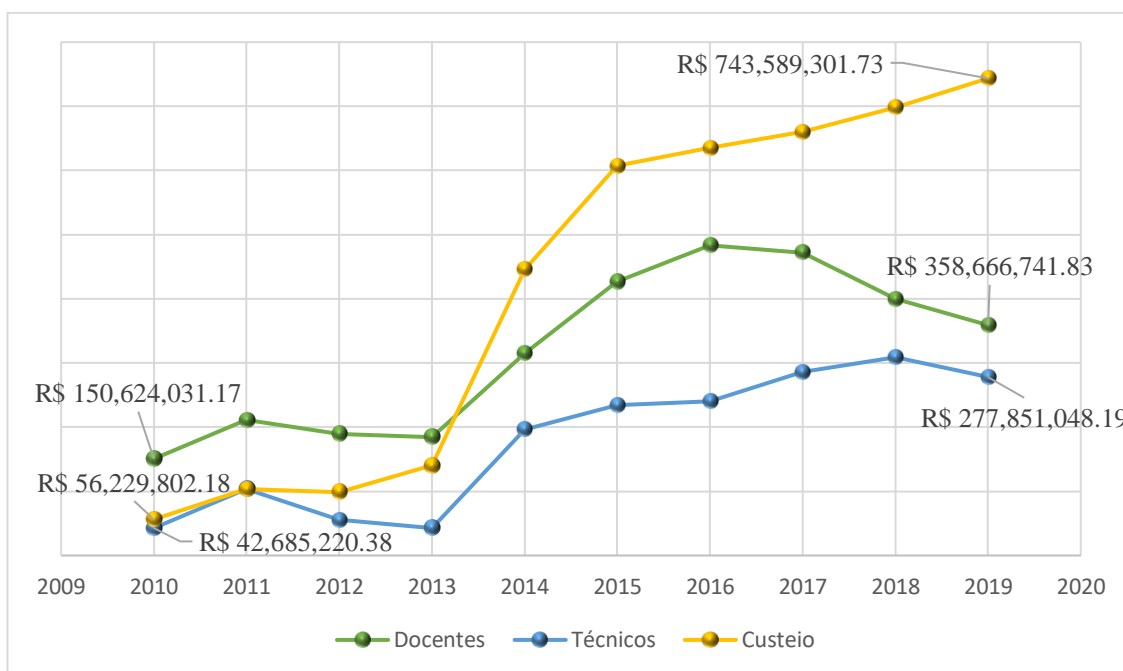
A reestruturação organizativa da Estácio Participações S.A é reflexo da frustração de sua aquisição pela Kroton Educacional S.A. Na busca de garantir os lucros de seus acionistas prejudicados pelo não pagamento de dividendos resultantes da operação de fusão, leva a empresa a demitir diversos professores como resultado da expansão do EaD. De acordo com comunicado ao mercado emitido pela própria empresa:

A Estácio iniciou, ao final do segundo semestre letivo de 2017, uma reestruturação em sua base de docentes, que resultará na substituição de profissionais da área de ensino da Companhia. Cumpre elucidar que a

reestruturação em curso não foi motivada pelas novas regras vigentes em decorrência da “Reforma Trabalhista”. Novas contratações para o próximo período letivo ocorrerão no mesmo regime de trabalho dos professores desligados (ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES, 2017).

As contratações prometidas em 2018 não ocorreram, ao contrário, o Gráfico 3 deixa claro que as demissões iniciadas em 2016 se acentuaram. Evidenciando a política da empresa de enxugamento do trabalho vivo, portanto, da intensificação da exploração:

Gráfico 3: Despesas com Docentes, técnicos e custeio da UNESA (2010-2019)



Fonte: Elaboração própria com dados do Microdados do Censo da Educação (INEP, 2019)

Em 2019, a Estácio Participações S.A alterou seu nome para YDUQS Participações S.A. A YDUQS se define como um grupo de tecnologia e serviços em educação. Para os investidores internacionais, a YDUQS é anunciada como uma empresa com sede no Brasil, com foco na prestação de serviços educacionais pós-secundário, como: cursos de graduação e pós-graduação. A YDUQS opera por meio das marcas: Estácio, UniToledo, Qconcursos; do grupo Adtalem que inclui o IBMEC, Wyden, Damasio Educacional, SJT Med e Clio e do Instituto de Educação Médica (Idomed) que reúne as faculdades de medicina da Estácio de Sá e outras mantenedoras. A Yduqs possui

17.822 empregados, sua direção-executiva é composta por gerentes oriundos de setores fora da educação (MARKETSCREENER, 2023).

Em geral, as *holdings* do mercado educacional brasileiro são controladas por fundos acionários pertencentes conhecidos como fundos privados de investimento (*private equity*). Estes fundos integram uma empresa, um banco ou mesmo um fundo familiar e funcionam como distribuidoras de valores mobiliários. Controlando um volume de capitais capazes de injetar quantias elevadas em várias empresas de ramos distintos, seja por meio de operação nas bolsas de valores ou em outros tipos de mercado de valor mobiliário (mercado de Balcão, OTC etc.). Chama a atenção o fato de os fundos proprietários destas *holdings* serem muitos e controlando pequenas fatias da empresa, em geral inferiores a 10%. Tal fato se deve a volatilidade e flexibilidade deste tipo de investimento. Nenhum destes fundos objetiva ser sócio majoritário ou realizar investimentos estruturais na expansão das empresas controladas. Suas operações se limitam a participação nos lucros auferidos e na injeção de capitais para expandir a lucratividade de suas ações. Deste modo, enquanto a *holding* se mostrar capaz de manter taxa de lucro crescente os fundos se mantêm na composição do capital acionário. Ao menor sinal de prejuízo, estes fundos desfazem sua participação acionária e migram para outras instituições ou até mesmo outros setores do Brasil ou do exterior

Tabela 1: **Principais fundos de investimento privado da YDUQS S.A na B3 (2023)**

Acionistas	Nº de ações	%
BRL Trust Investimentos Ltda. Yduqs Participações S.A.	43.398.873	14%
Paradice Investment Management LLC Schroder Investment Management Ltd. Management Co. LLP	18.896.806	6%
Paradice Investment Management LLC Schroder Investment Management Ltd. Management Co. LLP	15.944.332	5%
BTG Pactual WM Gestão de Recursos	15.450.500	5%
	15.250.029	5%
	13.616.260	4%

Ltda.		
Credit Suisse Hedging-Griffo Wealth Management SA Canada Pension Plan Investment Board	12.524.600	4%
Vontobel Asset Management AG	11.178.000	4%
Zaher Family	10.172.200	3%
Total	166.719.500	54%

Fonte: Elaboração própria (Marketscreener.2023)

Os impactos da estratégia de mercado da YDQS na educação Superior

Atualmente a YDUQS é proprietária de 32 mantenedoras de 69 IES. A partir da sua criação em 2019, a YDUQS Participações S.A fragmentou a oferta de suas vagas no ensino superior em três segmentos, ou como a empresa denomina: unidades de negócio. O “Ensino Premium”, o “Ensino Presencial” e o “Ensino Digital”. O “Ensino Premium” engloba os cursos de medicina do Instituto de Educação Médica (IDOMED) e os cursos de graduação do IBMEC. Os cursos de graduação do “Ensino Premium” são todos presenciais e voltados para os estudantes com faixa de renda mais alta, como sugere o nome. O ensino Presencial e Digital é voltado para as frações mais precarizadas da classe trabalhadora. A YDUQS apresenta a segmentação da oferta de matrículas meio de promoção da qualidade de ensino e da inclusão social, nas palavras da empresa:

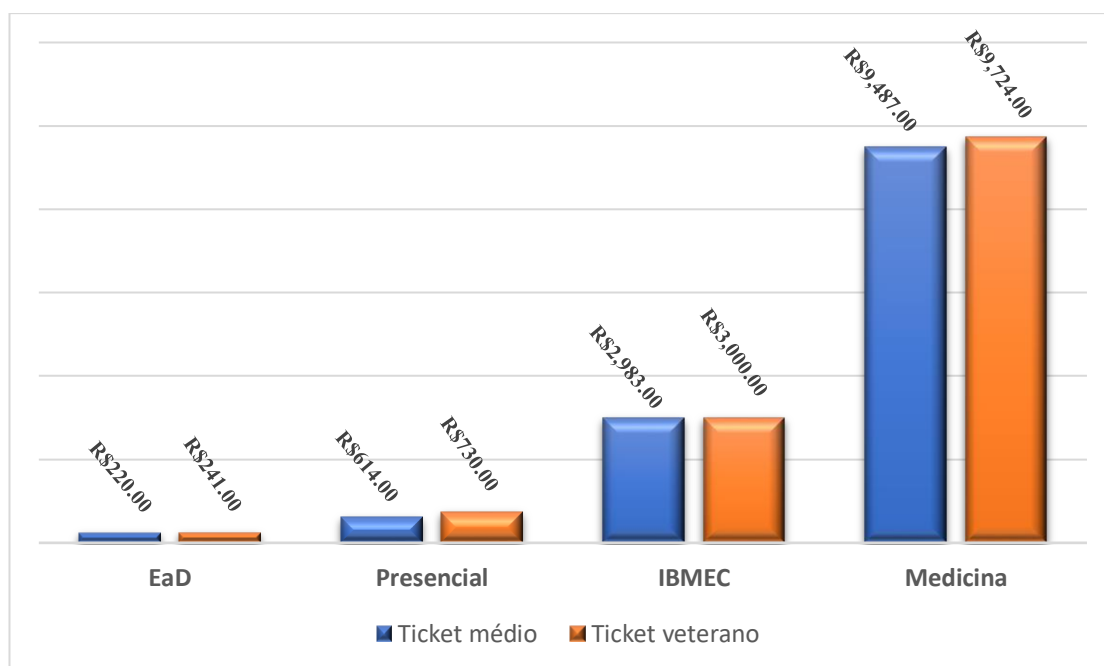
A Companhia atende a alunos de todas as classes sociais, em todo o país e ao longo das diversas fases da vida adulta, se estruturando a partir de três grandes unidades de negócios, que conferem velocidade e foco específicos para cada segmento de atuação: unidade de negócio Premium, Ensino Digital e Presencial. (YDUQS, 2022, P. 27).

Até 2019, a *holding* ainda chamada de Estácio Participações S.A segmentava a oferta de cursos de graduação em presencial e EaD, seguindo a orientação do MEC. A partir de 2020, o ensino presencial foi reestruturado. O fato que impulsionou esta mudança foi a compra do grupo Adtalem Educacional. O grupo Adtalem era formado pelo IBMEC e pelas marcas Damásio Educacional, Wyden, SJTMed e Clio.

A compra do grupo Adtalem é o que leva a Estácio Participações S.A a mudar de nome para YDUQS. Foi um meio encontrado pela empresa de preservar o nome de faculdades tradicionais com altas mensalidades, desvinculando do nome Estácio. A partir de então a modalidade presencial passa a ser uma marca, o “Ensino Presencial” passa a ser composto pelas modalidades presencial e semipresencial. A modalidade semipresencial tem 70% da carga horária presencial e 30% da carga horária online que pode ser online ou com aulas síncronas.

O que se entende por modalidade presencial, nas IES pertencentes ao grupo YDUQS participações S.A, passa a ser uma exclusividade dos cursos do “Ensino Premium”, ou seja, para os que podem pagar mais. Quando comparamos o ticket médio, a definição do valor cobrado por alunos nas mensalidades ou materiais didáticos vendidos pelas organizações educacionais. Em geral, usa-se um ‘ticket médio’ referente ao ano” (COSTA, 2020, p. 49). Temos a seguinte situação, visível no gráfico.

Gráfico 4: Ticket médio dos cursos e graduação por modalidade e segmento - YDUQS (2023)



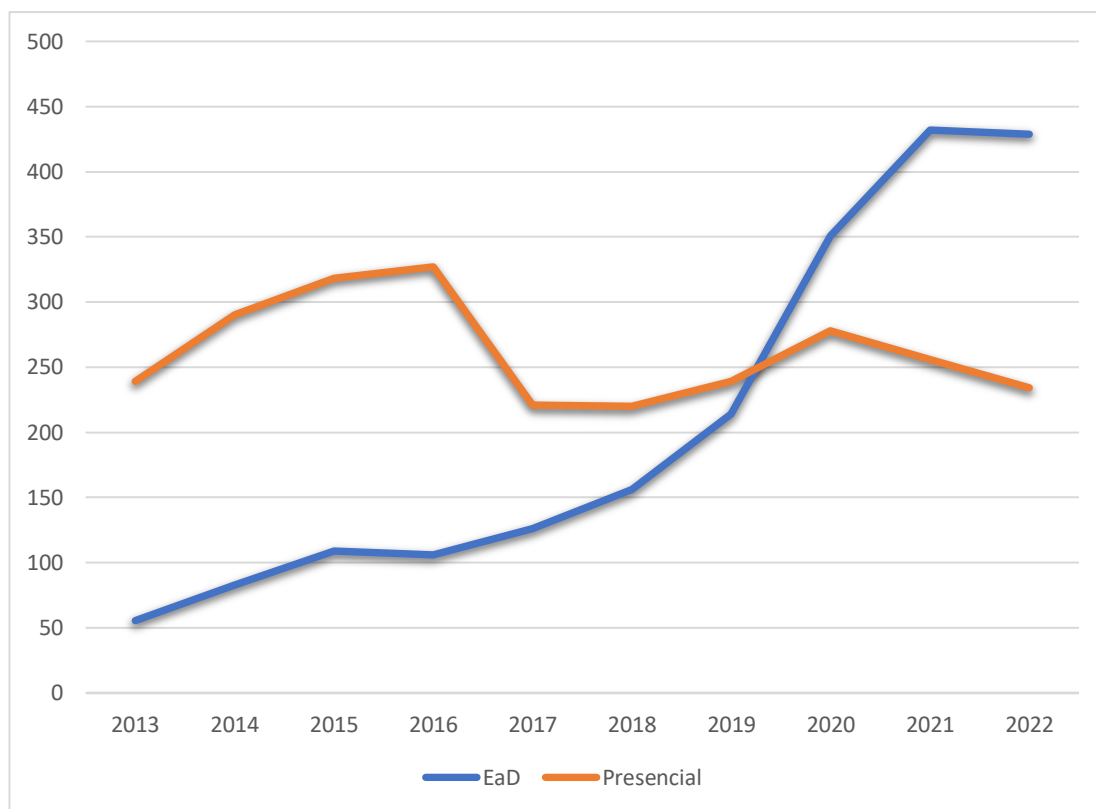
Fonte: Elaborado pelo autor a partir Release de Resultados (YDUQS, 2023)

Como podemos observar os cursos de Medicina e do IBMEC que compõem o “Ensino Premium” correspondem aos cursos com mensalidade que beiram dez mil reais por mês. Estes cursos são os únicos em que as aulas são totalmente presenciais.

A modalidade EaD também foi reestruturada a partir de 2019. Deste modo, a modalidade EaD é apresentada ao mercado por intermédio da marca “Ensino Digital”. Na UNESA, a modalidade EaD é apresentada sob as marcas “Flex”, “Digital” e o “Vida Toda”. A graduação “Flex”, surgiu em 2017. É uma graduação semipresencial, com maior carga na modalidade EaD e atividades presenciais, voltada aos cursos da área de saúde, engenharia, alguns cursos de graduação tecnológica e a graduação em Ciências Sociais. A graduação “Digital” é a que é integralmente na modalidade EaD. O “Vida Toda” inclui os cursos de pós-graduação online e os cursos preparatórios da plataforma “Qconcursos”.

A adequação à dinâmica do mercado financeiro teve por consequência o cerceamento do espaço físico, por meio da intensificação do uso da modalidade EaD como meio de cortar despesas com infraestrutura e mão-de-obra de docentes, técnicos, serventes etc. O remodelamento da oferta de vagas no ensino superior privado tem por objetivo garantir a maximização do valor extraído na forma de dividendos aos fundos privados controladores da *holding*. A permeabilidade das IES controladas por estas *holdings*, caso da UNESA impõe uma dinâmica renovada, cada vez mais flexível e volátil ao imediatismo do mercado como meio de garantir a expansão da lucratividade.

Gráfico 5: Estudantes matriculados na modalidade presencial e EaD na YDUQS (2013-2022)



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Release de Resultados (YDUQS, 2023b)

O gráfico 5 revela os efeitos da política educacional alinhada aos ditames do mercado financeiro. Entre 2013 e 2022, à medida que a Estácio Participações S.A engorda sua base de mantenedoras, a modalidade presencial perde espaço para a modalidade EaD. Processo que se intensifica em 2019, quando a *holding* muda de nome e segmenta a oferta dos cursos por faixa de renda, criando o “Ensino Premium”, o “Ensino Presencial” e o “Ensino Digital”. Criando distintos produtos educacionais para distintas faixas de renda.

A reboque de políticas e do financiamento público empresas privadas da educação superior cresceram a ponto de se tornar corporações bilionárias ocupando o vácuo deixado pelo Estado que não oferta vagas o suficiente no Ensino Superior.

Considerações Finais

As políticas públicas que permitiram a mercadorização do Ensino Superior transformaram um direito social em um serviço disponível aos que podem pagar. O acesso desigual dos trabalhadores aos cursos de graduação é cada vez mais mediado pela lógica

de mercado que estratifica as formações por faixa de renda. Nesta lógica, o espaço físico da modalidade presencial se destina aos poucos que podem pagar pelo “Ensino Premium”. Aos que não podem pagar, restam as aulas por vídeo, incluindo as práticas de laboratório.

A precarização do ensino é vendida pelo marketing das *holdings* educacionais como inclusão e o abismo da socialização do conhecimento científico e tecnológico só aumenta. Democratizar o acesso ao Ensino Superior deve passar necessariamente pela promoção da universidade pública e gratuita e não pelo comprometimento da renda necessária à reprodução da classe trabalhadora para financiar a sua formação para o trabalho.

A transformação das empresas do Ensino Superior em grandes corporações internacionais compromete a educação como direito e dificulta o acesso da classe trabalhadora ao conhecimento socialmente produzido. A financeirização da educação intensifica as políticas de austeridade. A concentração de capital às custas do mercado educacional é possível pois milhares de trabalhadores pagam pelo que deveria ser gratuito e de livre acesso.

Esta dinâmica fica clara à medida que o texto se desenvolve, em como uma empresa familiar financiada por imunidade tributária, torna-se ao longo das décadas em um grande grupo empresarial financiado por diversos capitais no mercado acionário. Enquanto o ingresso no ensino superior é fragmentado e volatilizado para caber na dinâmica da lucratividade do mercado financeiro.

Referências

- CARVALHO, Cristina Helena A. de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de Educação*. v. 18 n. 54 jul.-set. 2013.p. 761 – 778.
- COSTA, Hellen B. Financeirização da Educação Básica: tendências no período 2010-2019. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A. Prospecto preliminar de oferta pública de distribuição primária e secundária de UNITS de emissão da Estácio Participações.2007. Disponível em:<https://www.yduqs.com.br/Download.aspx?Arquivo=2WIVgA8YK3RQkdlt2DH8Dg==&IdCanal=BY+Sbn2TGepdP4sEX0ul6A==>. Acesso em: 07/03/2023.

- ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES. Fato Relevante. 2016. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/List.aspx?idCanal=xzyfPuNv+j+iLpg6rec3zA==&ano=2016>. Acesso em: 31/03/2023.
- ESTADÃO. Entrada de faculdade no mercado de ações abrirá polêmica. 2006. Disponível em www.estadao.com.br. Acesso em 22/10/2022.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Mercado Aberto. Após venda frustrada, Estácio pretende melhorar números. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2017/08/1912463-apos-venda-frustrada-estacio-pretende-melhorar-numeros.shtml>. Acesso em: 11/07/2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Microdados Enade 2023. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade> >. Acesso em: 30 jun. 2022.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Microdados do Censo da Educação Superior 2019. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade> >. Acesso em: 30 jun. 2022.
- KPMG. Fusões e Aquisições – 2019, 2º Trimestre: ser criativo transforma negócios. Disponível em: www.kpmg.com.br. Acesso em 20/10/2022.
- MARKETSCREENER. YDUQS PARTICIPAÇÕES S.A. 2022. Disponível em: <https://www.marketscreener.com/quote/stock/YDUQS-PARTICIPACOES-S-A-62465417/news/Yduqs-Participacoes-S-A-BOVESPA-YDUQ3-added-to-Brazil-Valor-BM-FBOVESPA-Index-45649680/>. Acesso em: 10/03/2023.
- PALHARES, Isabela; MARTINS, Cristiano. Cinco Instituições Particulares concentra 27% dos alunos de graduação do país. Folha de São Paulo. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/10/cinco-instituicoes-particulares-concentram-27-dos-alunos-de-graduacao-do-pais.shtml>. Acesso em: 20/10/2023.
- SEKI, Allan K. Determinações do capital financeiro no Ensino Superior: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018) / Allan Kenji SEKI; orientador, Olinda Evangelista. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.
- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR (ANDES). Análise do Projeto de Lei nº 7200/2006 a educação superior em perigo! 2007. Disponível em: https://www.adur-rj.org.br/4poli/gruposadur/gtpe/analise_PL7200_06.pdf. Acesso em 01/02/2024.
- YDUQS. Release de Resultados. 2023b. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/listresultados.aspx?idCanal=QueRek9lx6lY8glbPTs6XA==>. Acesso em: 02/04/2023.